



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO DO CAMPO

1 HISTÓRICO DA UFPA

1.1 Histórico da UFPA

A Universidade do Pará foi criada mediante a Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, a qual foi sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Na época reuniu as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Depois de 18 meses de sua criação, a Universidade Federal do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959. No entanto, sua instalação foi um ato meramente simbólico, visto que o Decreto nº 42.427 já aprovara.

No dia 2 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, através da Portaria nº 1.307/70. Uma revisão regimental foi procedida em 1976/1977, visando atender disposições legais supervenientes, o que gerou um novo Regimento, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 1.854/77 e publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 1978. Assim sendo, no exercício de 1985, o Regimento da Reitoria foi reformulado, após aprovação da Resolução nº 549, do Conselho Universitário, em 9 de dezembro de 1985, passando a vigorar até a presente data.

1.2 Missão, Visão, Princípios Norteadores da UFPA

Por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 a 2025 (PDI), a Universidade Federal do Pará definiu a sua missão institucional gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, em particular dos amazônidas, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com responsabilidade

ética, respeito a diversidades biológica, étnica e cultural, cujo intuito é garantir a democratização do acesso ao saber produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanística, crítica, reflexiva, plural e investigativa, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo. Missão: “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção.”

No mesmo documento, a visão institucional foi definida: “Ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.” Tendo como princípios norteadores, ações assentadas: na universalização do conhecimento; no respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; no pluralismo de ideias e de pensamento; no ensino público e gratuito; na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; na flexibilidade curricular e de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; na defesa dos direitos humanos; e na preservação do meio ambiente.

1.3.Contextualização da área de conhecimento do curso, considerando a origem, os avanços sociais e tecnológicos e os impactos na atualidade, além da importância ao ensino, à pesquisa e à extensão.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo busca contextualizar conhecimentos a serem desenvolvidos que caminhem em direção do mundo do trabalho na perspectiva de lidar tanto com conhecimentos práticos quanto para compreender a conjuntura política, cultural, social e econômica que envolvem as comunidades do campo, e, dessa forma, atender às exigências das Diretrizes Curriculares da escola do Campo, desenvolvendo suas atividades centradas na formação integral do ser humano, na qualificação profissional e na organização comunitária, valorizando os laços familiares, herança cultural e o resgate da cidadania.

Diante disso, Sousa e Reis apud Santos (2014) asseveram que “A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas, sendo inúmeras vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de Ensino”. Neste cenário de exclusão, “a educação para os povos do campo vem sendo trabalhada a partir de discursos, identidades, perfis e currículos essencialmente marcados por conotações urbanas e, geralmente, deslocado das necessidades da realidade local e regional (SOUZA & REIS apud SANTOS 2014, p. 03).”

1.4 Histórico do Curso na Unidade

O Campus Universitário de Abaetetuba foi implantado em 1987, no município de Abaetetuba, sob a coordenação da professora Conceição Solano, indicada a esse cargo pelo reitor da época, o Prof. José Seixas Lourenço. O Município de Abaetetuba está interligado geograficamente pelo Rio Tocantins, à microrregião do Baixo Tocantins, na região Nordeste do Estado do Pará e é composto por 72 ilhas bastante povoadas, 36 comunidades que vivem à beira da estrada, além da sede da cidade, possuindo uma área total de 1.610.743 Km², com uma população de aproximadamente 147.846 habitantes, segundo dados do IBGE (2012). Em sua área de abrangência a vegetação é predominantemente de várzea, o que a torna de grande importância ecológica. A população é em sua maioria rural, notadamente ribeirinha e extrativista. Os primeiros cursos de graduação ofertados em Abaetetuba foram as licenciaturas em Matemática, Letras, Pedagogia, História e Geografia, todos em regime intervalar (atual Período Intensivo). As aulas eram ministradas nas escolas cedidas pela prefeitura municipal local, por meio de parceria com a UFPA, o que se tornou de fundamental importância para a implantação do Campus, pois, além de oferecer espaço físico para o desenvolvimento dos cursos, alojamento para professores, doou também as terras para a construção da Unidade. Através desta parceria, o Campus pode contar, ainda, com a cedência de servidores municipais para apoio administrativo. Após a gestão da professora Conceição Solano, o cargo foi ocupado pelo Professor José Queiroz Carneiro, de 1992 a 1999. Em 1999, assume o Professor Adelino Ferranti, que atuou na coordenação do Campus de 2000 a 2004. Em 2005, toma posse como Coordenadora Pró-Tempore a Professora Alessandra Martins Matos Vasconcelos. Após eleição em 2006, assume a coordenação do campus o Professor Waldir Abreu. Com a renúncia do Professor Waldir Abreu assume, a Professora Francisca Maria Carvalho de 2007 à 2010. Em 2011 assume, a coordenação do Campus o Professor Eliomar Azevedo do Carmo e em 2014 é reeleito e fica até setembro de 2016 e assumi o seu vice Sebastião Siqueira Corteiro.

Em 1991, o prédio do Campus Universitário de Abaetetuba foi inaugurado no bairro do Mutirão, na Rua Manuel de Abreu. O campus era formado por dois blocos, onde funcionavam a secretaria, a biblioteca, a cantina, o mimeógrafo e a coordenação do Campus. Em 1992, o Campus inicia suas primeiras turmas do curso regular de Letras e Matemática. A partir de 2000, o campus ofertou turmas de Letras e Pedagogia financiadas com recursos do FUNDEF, em parceria com prefeituras da região, criadas para capacitar os professores das redes municipais, as turmas foram ofertadas em Barcarena, Tomé-Açu, Concórdia do Pará, Tailândia e Abaetetuba, somando mais 350 alunos. Em 2005, são ofertados os Cursos de Ciências Contábeis e Física de forma flexibilizada e em parceria com a Diocese de

Abaetetuba. No ano de 2007, o campus já ofertava 13 cursos com aproximadamente 1000 alunos matriculados.

O Campus também realizou parceria com o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -PRONERA, que constituiu uma turma do Curso de Pedagogia destinada ao atendimento dos ribeirinhos das ilhas do Município de Abaetetuba, denominada Pedagogia das Águas. A partir do ano de 2009 o Campus Universitário de Abaetetuba passou a integrar o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) da educação básica pública, que hoje conta com aproximadamente 800 alunos, distribuídos nos cursos de Letras (Língua Portuguesa), Matemática e Pedagogia que funcionam nos Municípios de Barcarena, Abaetetuba, Tomé-Açú, Bujaru, Tailândia, Dom Eliseu, Acará e Concordia do Pará. Em 2010, o Campus ofertou 60 vagas no curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo -PROCAMPO, que apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.

Hoje, o Campus oferece cursos extensivos e intensivos em Letras (língua portuguesa e língua espanhola), Matemática, Pedagogia e Educação do Campo, e somente extensivos para os cursos de Engenharia Industrial e Licenciatura Física. O quadro de servidores do Campus vem se consolidando com o passar dos anos, atualmente o Campus possui 26 técnico-administrativos e 75 docentes efetivos. Os projetos de pesquisa e extensão aprovados no PROINT, CAPES, CNPq e outros, trazem a consolidação de um quadro docente mínimo nos Cursos de Graduação existentes no campus Abaetetuba.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal do Pará, surge, inicialmente, no Campus de Marabá, no ano de 2009. Tendo como objetivo “preparar educadores para uma atuação profissional que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos na escola e no seu entorno”.

O perfil a ser formado seria um profissional capaz de: (i) exercer a docência multidisciplinar,

a partir de uma das áreas de conhecimento propostas, no edital de processo seletivo da instituição, a saber: Ciências da Linguagens; Ciências Sociais e Humanas; Ciências da Matemática; Ciências da Natureza; (ii) participar da gestão de processos educativos escolares; (iii) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, associações e cooperativas rurais, movimentos sociais, para além da prática escolar.

O amparo legal para esta proposta encontra-se na Lei 9.394 de 1996, no parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e no Parecer CNE/CP 009/2001 e Resolução CNE/CP 2/2015 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

A criação de um curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo faz parte de uma ação mais ampla do Ministério da Educação – MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política vem sendo formulada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, através da Coordenação Geral de Educação do Campo – CGED e do Grupo de Trabalho Permanente de Educação do Campo – GPT.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), no seu Art. 28, afirma que, na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região (especialmente nos incisos seguintes: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural).

No Campus de Abaetetuba o curso é inicialmente implantado, no ano de 2011, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo do MEC (PROCAMPO), tendo sido ofertadas 60 vagas distribuídas equitativamente entre os municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri e Barcarena a adesão ao programa objetivou contribuir na superação dos déficits educacionais enfrentado pela região do Baixo Tocantins, precisamente a microrregião de Abaetetuba, que envolve os municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju, Tomé Açu.

No ano de 2012, o curso é implantado de forma definitiva no Campus, contudo sendo direcionado a um público específico: moradores e/ou educadores do Campo. Com o propósito de ampliar as possibilidades dos moradores e educadores do campo, centrada na concepção de áreas de conhecimentos suplantando a lógica disciplinar, respeitada as

especificidades de conhecimentos, com integração de saberes, visando encontrar uma outra forma de produção, de prática na perspectiva da interdisciplinaridade, visto que é imprescindível, estabelecer relação entre os saberes científicos e os saberes populares no âmbito da cultura vivida.

A Educação do Campo não constitui uma área de conhecimento autônoma, pois os conhecimentos que produz advém das confluências de outras áreas como a filosofia, sociologia, história, biologia, química, física, ciências agrárias, letras, pedagogia e outras. Apesar disso, tem profícua produção intelectual na análise do fenômeno em que se debruça: uma educação adequada e emancipadora para as comunidades que vivem e trabalham no campo.

Nesse sentido, as pesquisas e as propostas tem sido profícuas, como alternativa para uma educação significativa para o homem que vive e produz no campo, na busca da desconstrução de velhos, mas permanentes paradigmas nos quais se vê o campo como um apêndice das zonas urbanas, um lugar que serve apenas para produzir e fornecer bens primários para as cidades, assim como, uma zona econômica, social e culturalmente atrasada. Segundo dados do Sistema de Informações Territoriais do Governo Federal, o Território Baixo Tocantins - PA abrange uma área de 36.024,20 Km² e é composto por 13 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Concordia do Pará, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, Tomé Açu.

O Campus de Abaetetuba foi criado com a intenção de possibilitar à população da microrregião do Baixo Tocantins, a qual envolve mais especificamente os 08 (oito) municípios (Abaetetuba, Acará, Barcarena, Concórdia do Pará, Igarapé Miri, Moju, Tailândia, Tome-Açu), garantindo uma maior possibilidade de acesso ao ensino superior. A população total do território é de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do total. Possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, 12 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68.

A realidade socioeconômica da microrregião exige grandes investimentos, principalmente na área educacional que, em muitas localidades, é precária. A formação de profissionais da educação em nível superior constitui, portanto, uma política de fundamental importância para o desenvolvimento regional.

O Campus de Abaetetuba, desde 1987, vem ofertando cursos, predominantemente, de licenciatura, tendo em vista a necessidade de formar profissionais para atender às enormes demandas na educação básica da microrregião.

O curso de Educação do Campo tem sido ofertado anualmente desde o ano de 2011, sendo gerido pela Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, tendo o seu quadro

docente em consolidação, formado por 22 (vinte e dois) professores sendo 14(quatorze) Doutores e 08 (oito) Mestres, o que tem possibilitado o desenvolvimento de pesquisas nas mais diversas áreas ligados à Educação do Campo. Diante desse quadro e tendo em vista o grande número de professores da educação básica, que atuam na zona rural da região e não tem formação em nível superior adequada a realidade do campo, considera-se justificável a oferta do curso regularmente.

O presente projeto pedagógico foi elaborado a partir do trabalho coletivo que envolveu os professores da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo- FADECAM. A formulação desse Projeto surge a partir da necessidade de se construir uma proposta de formação de licenciatura em Educação do Campo, com uma identidade ligada à região onde está instalado o Campus Universitário de Abaetetuba, assim como, que contemplasse as experiências de pesquisa, extensão e ensino já consolidadas pelos docentes dessa e de outras Faculdades do Campus.

Buscou-se, ainda, a adequação do projeto às normais legais vigentes, assim como, às novas exigências demandadas para a formação docente em nível superior, em especial a resolução Nº 2 de 1 de julho de 2015, e o atual regulamento de Graduação da UFPA. Dessa forma, o projeto pretende assegurar uma formação sólida, sustentada e consistente em estudo teórico, associado a uma cultura de Ensino, pesquisa e extensão.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Processo Seletivo Especial

Vagas: 40

Turno: Matutino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Vespertino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Integral

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Forma de Oferta: Modular

Carga Horária Total: 3672 hora(s)

Título Conferido: Licenciado em Educação do Campo

Período Letivo: Intensivo ; Extensivo ;

Regime Acadêmico: Seriado

Ato de Criação: Resolução nº. 4.046, de 30 de setembro de 2010/ CONSEPE

Ato de Reconhecimento: Portaria nº 465 de 09 de setembro de 2016/A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

Ato de Renovação: Não existe

Avaliação Externa: Não existe

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

O Parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, inovam em diferentes artigos a cerca da organização da escola, da construção do conhecimento, dos saberes e com a prática pedagógica, salvaguardando para as populações do campo uma educação emancipatória, associada às soluções exigidas à qualidade social dos povos do campo para um novo desenvolvimento. O Projeto pauta-se também na Resolução nº 2, DE 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Nos artigos 12º e 13º a formação dos profissionais da educação do campo de acordo com o artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases – LDBEN Nº 9.394/96, prevê a formação inicial e continuada em todos os níveis e modalidades com aperfeiçoamento permanente dos docentes, indicando aos centros formativos os seguintes componentes para formação:

O respeito à diversidade cultural e aos processos de interação e transformação existentes no campo brasileiro;

O efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social de vida individual e coletiva;

O acesso ao conhecimento científico e tecnológico, tendo por referência os princípios éticos

e a democracia. Isso supõe entre outras coisas, superar a cultura da reprovação, da retenção e da seletividade, centrar a atenção nos níveis de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, moral, ético, cultural, profissional.

A formação e titulação ofertadas objetivam criar condições para atendimento das especificidades dos diferentes contextos de educação escolar do campo buscando viabilizar as diferentes configurações institucionais que existem e que podem vir a existir. A dispersão espacial das moradias dos alunos e a centralidade das relações com as comunidades de pertencimento geram, por vezes, exigências na organização da escola que estão muito distantes da organização “padrão” que caracteriza as escolas urbanas.

É comum a exigência de um professor multidisciplinar, cuja formação o prepare para desenvolver suas atividades em diferentes espaços observando a diversidade regional do campo na Amazônia Paraense e a realidade educacional dos anos finais do Ensino Fundamental e médio cujo conhecimento lhe permita realizar um trabalho articulado a dimensão multidisciplinar, independente do fato que sua atuação seja ou não concentrado em alguma dessas áreas. Nesse sentido, a formação não se fecha em torno de uma única proposta de atuação docente, uma vez que essa atuação deverá necessariamente se adequar aos contextos de origem dos alunos-professores. Tal orientação é consoante com a análise da Resolução 02/2015 que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Inicial em nível superior dos cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada”, quando afirma a necessidade de: Uma revisão profunda de aspectos essenciais da formação de professores, tais como: a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades de atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação e os sistemas de ensino, de modo a assegurar-lhes a indispensável preparação profissional. E ainda: “Quando define as incumbências dos professores, a LDBEN em vigor, não se refere a nenhuma etapa específica da escolaridade básica. Traça um perfil profissional que independe do tipo de docência: multidisciplinar ou especializada, por área de conhecimento ou disciplina, para crianças, jovens e adultos. (...) É importante observar que a lei prevê que as características gerais da formação do professor devem ser adaptadas ou adequadas aos diferentes níveis e modalidades do ensino, assim como a cada faixa etária. É preciso destacar a clareza perseguida pela lei ao constituir a educação básica como referência principal para a formação dos profissionais da educação”.

Destaca-se que esta proposta pauta-se na ideia de que todas as ações humanas relacionam-se com um trabalho intelectual: exige do sujeito a atividade do pensar e sentir. Relação

Escola/Comunidade: Escola e comunidade são tempos/espços para construção e avaliação de saberes. Neste sentido, busca superar a perspectiva de que a escola é lugar da teoria e a comunidade é lugar da aplicação/transformação. A escola como mediação para aprender a formular formas de pensar/sentir/agir relacionadas a um determinado modelo dialético (científico ↔popular). Não para substituir formas anteriores, mas para transformá-las. Uma vez que, compreende-se a necessidade de valorização do saber prévio, sem o qual não existe possibilidade de reconstrução de conhecimentos/saberes/práticas. Desta forma, valemo-nos de Paulo Freire que sinaliza para importância em compreender a educação como processo de conscientização, e em que, aprender só faz sentido quando nos envolvemos no compromisso de transformar a realidade, ou seja, o educador e o educando aprendem e ensinam ao mesmo tempo.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

Objetivo Geral

Formar educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, com o ensino de conteúdos do domínio pedagógico e da área em que fez o ingresso por Processo Seletivo no curso: de Ciências da Natureza, de Ciências Sociais e Humanas, de Ciências da Linguagem e de Matemática. Com a finalidade de atuarem no âmbito da educação básica mais especificamente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, e ainda na organização do trabalho pedagógico e como agente de desenvolvimento em escolas do campo, atendendo à diversidade de ações pedagógicas necessárias para concretizar a educação como direito humano e como ferramenta de desenvolvimento social.

Objetivos Específicos

- Oportunizar aos alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, experiências diversificadas no campo da prática docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, acrescidas de atividades que valorizam a educação do campo;

- Contribuir na construção de alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a rapidez e qualidade exigida pela dinâmica social e pela superação da histórica desigualdade de oportunidades de escolarização vivenciadas pelas populações do campo;
- Habilitar profissionais para a docência na educação Básica, por Áreas do Conhecimento conforme ingresso no curso;
- Desenvolver estratégias de formação para a docência em uma organização curricular por áreas de conhecimento nas escolas do campo;
- Construir coletivamente, e com os próprios estudantes, um projeto de formação de educadores que sirva como referência prática para políticas e pedagogias de Educação do Campo.
- Implementar itinerários formativos e práticas pedagógicas ancoradas nas necessidades e anseios das comunidades do campo;
- Articular a teoria e a prática no processo de formação em nível do tempo-escola e do tempo comunidade;
- Estudar, produzir e socializar conhecimentos científicos, didáticos, metodológicos e de organização social e política referentes aos processos educativos que acontecem na escola e na produção dos movimentos sociais do campo, tendo por princípios norteadores a dimensão histórica, técnica, política e cultural do fazer pedagógico;
- Favorecer aos futuros educadores, o exercício do processo de ação-reflexão-ação na prática docente, fortalecendo a sua formação numa perspectiva prático-reflexiva, através de estágios, monitorias, e outras atividades pedagógicas, onde possam exercitar a prática docente, numa perspectiva de articulação entre teoria e prática;
- Favorecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão desde o início do curso, através da instrumentalização dos futuros educadores para a investigação e análise crítica do contexto educacional, propondo soluções inovadoras para os problemas verificados na

prática educativa, através de projetos pedagógicos de apoio;

- Estabelecer mecanismos de integração entre os acadêmicos da Licenciatura e Instituições de Ensino Estadual e Municipal, Sindicatos do Trabalhador Rural, ONGs, Movimentos Sociais e Sistema de Arranjos Produtivos Locais;
- Criar possibilidades do sujeito da aprendizagem incorporar-se a comunidade, estimular a sua conscientização política e se valorizar como ser humano;
- Integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os conhecimentos e habilidades relativas às atividades técnicas do trabalho e de produção regional;
- Promover uma melhor articulação entre as etapas curriculares que compõem a matriz curricular do curso de Licenciatura em Matemática e Educação do Campo na perspectiva de uma ação interdisciplinar como superação do conhecimento fragmentado;
- Conscientizar o futuro professor que o trabalho interdisciplinar produz conhecimento útil, portanto interligando teoria e prática, estabelecendo relação entre o conteúdo do ensino e realidade social escolar.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo deverá oportunizar aos egressos um perfil para a docência na perspectiva interdisciplinar, com uma sólida formação humanística, teórico-prática na área do conhecimento em que fez o ingresso no curso, que podem ser em uma das ênfases a seguir: de Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanas, Ciências da Linguagem, e Ciências da Matemática, que lhes possibilitem associar os conteúdos curriculares e os saberes da experiência à necessidade e realidade do campo. Para isso, deverão ser capazes de analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias; bem como, interpretar, em sua prática profissional, a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local, utilizando, no trabalho docente, formas distintas de acessar e processar

conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados, com compreensão das transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias.

Cabe ainda ao egresso a desenvoltura para articular, na atuação docente, os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos discentes das unidades educativas, propondo formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais, concebendo-as como espaços educativos.

Devendo, ainda, participar da construção coletiva do projeto político - pedagógico dos espaços escolares em que atuar, contribuindo no exercício da gestão democrática da educação.

O profissional formado deverá ser autônomo intelectualmente no exercício de sua atividade, tomando decisões e apresentando soluções alternativas no tratamento das questões educativas, a partir da compreensão do processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal.

Desenvolvendo o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional.

A capacidade de implementar formas de gestão democrática na escola, com condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola deverá também compor o perfil profissional do licenciado em Educação do Campo, o qual deverá promover, em sua prática profissional, diálogo sobre valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo do campo, compreendendo a dinâmica social e econômica do campo como parâmetro para uma prática docente contextualizada.

Identificando os principais fatores relacionados ao surgimento de doenças, em especial, no homem do campo, orientando os sujeitos alvo da prática profissional.

Somando-se a isso, deverá reconhecer os processos químicos envolvidos na constituição do ambiente e do ser humano, orientando as ações dos sujeitos alvo da prática educativa, identificando os objetos de estudo e os conceitos elementares das ciências exatas a serem trabalhados na prática docente, compreendendo a dinâmica dos seres vivos e seu desenvolvimento no meio ambiente, com vistas ao trabalho docente na área, assim como, compreender os fenômenos físicos envolvidos na constituição do universo e da vida humana, relacionando-os à vida dos sujeitos da aprendizagem escolar

Por fim, deverá compreender o processo de trabalho docente que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal no campo

4.4 COMPETÊNCIAS

- Atuar com ética e compromisso político e pedagógico no desenvolvimento das atividades acadêmicas, bem como na profissão docente ou na gestão educacional fundamentados pelos conhecimentos e saberes que fortalecem a militância realizadas na universidade e nos movimentos sociais do campo;
- Analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias;
- Interpretar, em sua prática profissional, a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local;
- Utilizar, no trabalho docente, formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados; bem como compreender as transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias;
- Articular, na atuação profissional, os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos alunos;
- Propor, como profissional da educação, formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais, concebendo-as como espaços educativos;
- Participar da construção coletiva do projeto político - pedagógico dos espaços escolares em que atuar, contribuindo no exercício da gestão democrática da educação;
- Ter autonomia intelectual no exercício de sua atividade, tomando decisões e apresentando soluções alternativas no tratamento das questões educativas;
- Compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal;
- Desenvolver o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;
- Implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;
- Promover, em sua prática profissional, diálogo sobre valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo do campo;
- Compreender a dinâmica social e econômica do campo como parâmetro para uma prática docente contextualizada;

- Identificar os principais fatores relacionados ao surgimento de doenças, em especial, no homem do campo, orientando os sujeitos alvo da prática profissional;
- Reconhecer os processos químicos envolvidos na constituição do ambiente e do ser humano, orientando as ações dos sujeitos alvo da prática educativa;
- Identificar os objetos de estudo e os conceitos elementares das ciências exatas a serem trabalhados na prática docente;
- Compreender a dinâmica dos seres vivos e seu desenvolvimento no meio ambiente, com vistas ao trabalho docente na área;
- Compreender os fenômenos físicos envolvidos na constituição do universo e da vida humana, relacionando-os à vida dos sujeitos da aprendizagem escolar;
- Compreender o processo de trabalho docente que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal no campo.

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As atividades curriculares do Núcleo Formador, do Núcleo Específico e do Núcleo Integrador, articuladas através da dinâmica do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade serão ofertadas em 08 (oito) períodos.

O Tempo-Universidade do Curso será constituído de 8 h/a diárias de trabalhos acadêmicos, privilegiando os componentes curriculares de formação teórica, em que serão desenvolvidos conteúdos científico-culturais. Para isso serão utilizadas metodologias diversificadas tais como as preleções, os estudos dirigidos, os seminários, os debates, auto-estudos, entre outros. Todos estes procedimentos podem ser facilitados mediante o uso de recursos didáticos (quadros magnéticos, canetas, jornais, revistas, livros, artigos) e recursos tecnológicos (televisor, aparelho de DVD, microcomputadores, internet, aparelho de data-show) a critério de cada docente, e, previamente, definido em um Plano de Ensino.

O Tempo/ Comunidade será desenvolvido nas comunidades de origem dos discentes e nas escolas do Campo. As escolas do Campo serão lócus privilegiado da formação do educando, por isso serão escolhidas as escolas localizadas nas comunidades de origem desses sujeitos em formação (discentes) envolvidos no projeto de formação.

Desse modo, a organização metodológica do curso sustenta-se a partir da proposta da Pedagogia da Alternância e da Alternância Pedagógica, tal metodologia se fundamenta na articulação das disciplinas curriculares como um momento de reflexão e fundamentação teórico-metodológico e conceitual, em que os alunos terão acesso aos conhecimentos

socialmente construídos pela humanidade. Ao mesmo tempo em que esses alunos terão a possibilidade de realizar a síntese teórica-conceitual a partir da reflexão acerca da sua realidade sócio-cultural. Dentro desta articulação das disciplinas, alunos e professores terão a oportunidade de realizar a vivência pedagógica como um momento de engendramento dos saberes teóricos e dos saberes da experiência dos educandos que deverão fundamentar a formação do licenciado em todo o decorrer do curso.

Neste sentido, o Tempo Universidade será momento de formação teórico-metodológico e conceitual com vistas apropriação de saberes científicos para a intervenção na realidade sócio-cultural das comunidades. Do outro lado, o Tempo-Comunidade será momento de (re)elaboração teórica com objetivo de uma síntese teórico-metodológica que se constrói a partir da intervenção e reflexão a cerca da realidade concreta.

A articulação desses tempos será pautada a partir da realização da pesquisa que será o fio condutor da síntese intelectual proposta. No tempo-Universidade as propostas de pesquisa serão construídas a partir dos eixos teóricos propostos no projeto pedagógico e no tempo-comunidade os alunos terão que realizar pesquisas in loco para a produção científica em torno das mesmas. A cada retorno do tempo-comunidade, que será no período intensivo, os alunos terão os Seminários integrados com objetivo de apresentarem publicamente os resultados e discussões sobre as pesquisas realizadas, dentro de uma perspectiva colaborativa de problematização-reflexão e intervenção na realidade local.

Após os Seminários, as produções decorrentes dos mesmos retornarão às comunidades em forma de seminários temáticos que serão realizados pelos educandos e acompanhados pelos professores orientadores do estágio docente.

Ressalta-se que a proposta metodológica de condução do curso basear-se-á em atividades de pesquisas, seminários, estágios e atividades culturais e científicas, tais atividades serão viabilizadas a partir da formação dos formadores, ou seja, os professores envolvidos no projeto deverão compreender e participar ativamente da proposta do curso. Por isso, entre as etapas do tempo-universidade realizaremos as oficinas de preparação de vivência educativa que terá como objetivos:

- 1- Planejamento e organização do fluxo metodológico-curricular da etapa;
- 2- Articulação das propostas que serão realizadas nas disciplinas;
- 3- Definição de atividades colaborativas entre as disciplinas que serão ofertadas nas etapas;
- 4- Definição da realização das atividades do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade;
- 5- Discussões sobre a proposta metodológica do curso;
- 6- Avaliação da condução metodológica das etapas.

Nessas oficinas pedagógicas de formação e planejamento serão realizadas a organização e

planejamento das atividades relacionadas a oferta do bloco de atividades curriculares, seguindo a organização do desenho curricular, assim as oficinas antecederão a oferta do bloco e participaram diretamente dessas os professores e coordenadores envolvidos na execução do curso. Nessas oficinas, pedagógicas serão definidos eixos temáticos que serão condutores da proposta metodológica da etapa ofertada.

O Eixo Formativo curricular tem como objetivo agregar multi e interdisciplinarmente os conteúdos curriculares das disciplinas que serão ofertadas, primando por um diálogo colaborativo entre as mesmas para dinamizar o curso e garantir a formação integral do educando.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

A forma de organização curricular deverá intencionalizar atividades e processos que garantam sistematicamente a relação prática-teoria-prática vivenciada no próprio ambiente social e cultural de origem dos estudantes. (Conforme proposta do MEC).

A organização curricular ocorrerá em regime de alternância entre Tempo/Universidade e Tempo/ Comunidade-Escola do Campo, para permitir o acesso e a permanência nesta Licenciatura dos professores em exercício e não condicionar o ingresso de jovens e adultos na educação superior à alternativa de deixar de viver no campo. (Cf Proposta MEC).

O Tempo/ Comunidade-Escola do Campo será realizado como atividade à distância no desenvolvimento de cada disciplina.

A carga horária total será de 3.672 horas, assim distribuídas:

- a. Núcleo Formador = 1.020 horas.
- b. Núcleo Específico = 1.360 horas.
- c. Núcleo Práticas Integradoras = 1.020 horas

Para oportunizar vivências e experiências flexibilizadas será destinado 272 (duzentos e setenta e duas) horas de atividade complementar.

a) Núcleo Formador: O objetivo do núcleo formador é proporcionar ao graduando subsídios para a construção da formação intelectual, visando a reafirmação da identidade cultural, articulando aspectos da docência, memória e práticas educativas na educação do Campo

como principais elementos da formação do educador/licenciado.

b) Núcleo Específico: Tem como objetivo possibilitar uma sólida formação teórico-prática do graduando em uma das áreas: Ciências Naturais (Apostilamento em Química, Física e Biologia), Ciências Sociais e Humanas (Apostilamento em Sociologia e História), Ciências da Linguagem, Ciências da Matemática, oferecendo conteúdos curriculares visando o desenvolvimento de habilidades e competência para a atuação na docência em uma dessas áreas, em conformidade com o edital do processo seletivo especial de entrada na Instituição.

c) Núcleo Práticas Integradoras: Tem como objetivo proporcionar ao formando tempos e espaços curriculares diversificados para além do padrão turma/professor/horas-aula semanais, desse modo, constitui-se de oficinas, seminários integrador e interdisciplinar sobre temas educacionais e profissionais, grupos de estudo, pesquisa e trabalho supervisionado, estudos de práticas pedagógicas, pesquisas sócio-antropológicas junto as comunidades do campo, mapeamento de realidades, atividades de iniciação à pesquisa, desenvolvimento de atividades de extensão, entre outros, capazes de promover e, ao mesmo tempo, possibilitar aos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, promovendo o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas.

É preocupação de todos que compõem o curso que a formação do futuro licenciado possibilite a integração com a diversidade de situações e oportunidades com as quais o egresso do curso vai se confrontar. Por isso, parte das oficinas e dos seminários integradores se organizará em torno de temas relativos às políticas da Educação Inclusiva, à Educação do Campo, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação para as Relações Étnico-raciais, à Educação em Direitos Humanos e à Educação Ambiental. Esses temas também deverão compor o conteúdo das disciplinas: Desenvolvimento Sustentável e Contribuição Tecnológica da África na Formação Econômica do Brasil, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, História da Educação do Campo, LIBRAS, Linguagem e Comunicação do Campo, Política e Legislação da Educação do Campo, Psicologia do Ensino e da Aprendizagem, Sociologia do Desenvolvimento do Campo.

Outrossim, os projetos de pesquisa e extensão em desenvolvimento no Campus de Abaetetuba deverão ser espaços privilegiados de estudo das temáticas interdisciplinares, destacando-se os projetos: GEPESED Grupo de estudo e Pesquisa "Sociedade, Estado e Educação: ênfase nos governos municipais e na educação do campo" - Prof. Dr. Afonso Nascimento, GEPEM - Grupo de Estudos e Pesquisas Memória, Formação Docente

e Tecnologia - Prof^a Dra Mara Rita de Oliveira, GEBIOS- Grupo de Estudos Sobre Biodiversidade e Sustentabilidade do Baixo Tocantins - Prof.Dr Yvens Cordeiro, GEPIATI-Grupo Estudo e Pesquisa Interdisciplinar sobre Ambiente, Território e Interculturalidade→ Prof^a Dra Eliana Rodrigues, DIDRA - Dispositivos, Instituições e Desenvolvimento Rural - Prof. Dr. Livio Claudino, GEHMORGA - Grupo de Estudo em História, Gênero, Movimentos Sociais e Religiosidades na Amazônia - Prof^a Dra. Deusa Sousa, GAPUIAS - Prof. Dr. Jones da Silva Gomes, entre outros.

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é atividade curricular obrigatória e será ofertado no 8º bloco, com 68 horas, em que o aluno desenvolverá a fundamentação teórico-metodológica e procederá à análise dos dados de um trabalho de iniciação científica. O TCC será realizado em um dos campos do conhecimento que norteiam a configuração curricular do curso, a partir de projeto de pesquisa do discente, com a concordância de seu orientador. A definição do tema deverá alinhar-se aos interesses de pesquisa dos professores-orientadores. Estes, em conjunto com seus orientandos, construirão o plano de desenvolvimento da atividade.

Depois de concluído, o discente deverá defender publicamente seu Trabalho de Conclusão de Curso.

O Conselho da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo regulamentou em resolução própria, sobre as diversas formas de concepção, desenvolvimento e apresentação do TCC, bem como a organização das defesas, o calendário específico, o evento próprio para as apresentações públicas, as formas e os instrumentos de avaliação, respeitando o disposto nos Art. de número 92 a 96 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Serão realizados nos intervalos entre os períodos letivos de disciplinas curriculares, durante o Tempo-Comunidade, em escolas e comunidades do campo, articulados às atividades de pesquisa e estudo, pesquisa e prática pedagógica. O estágio constitui-se na vivência e exercício profissional da docência, sob supervisão e acompanhamento de professores e articulada ao planejamento das instituições de ensino, campo de estágio.

O estágio docente será realizado em instituições de ensino público: municipais e estaduais,

escolas comunitárias e em instituições não formais de ensino localizadas no campo. As supervisões e orientações pedagógicas, incluindo plano de aula, estarão a cargo do Professor-supervisor da Vivência da Prática Educativa nos espaços reservados para a atividade curricular(disciplina).

A avaliação das atividades realizadas no estágio ocorrerá durante o desenvolvimento todo o percurso formativo, tanto por parte da prática pedagógica como por parte da escola-campo, além da auto-avaliação do educando. Ao final do estágio de cada semestre letivo será elaborado um Relatório referente às atividades desenvolvidas em campo, juntamente com o material utilizado na execução.

O estágio obrigatório com 408 (quatrocentos e oito) horas, ocorrerá a partir do início da segunda metade do curso, sendo o mesmo ofertado do seguinte modo:

- a) Estágio Docente I - 68 horas
- b) Estágio Docente II - 85 Horas
- c) Estágio Docente III - 85 Horas
- d) Estágio IV - 85 Horas
- e) Estágio V - 85 Horas

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O atual projeto pedagógico, conta com 272(duzentas e setenta e duas) horas, que deverão ser cumpridas no decorrer do curso, em horários distintos das atividades acadêmicas regulares. Serão constituídas de atividades complementares curriculares e extra-curriculares 136 (cento e trinta e seis) horas que poderão ser desenvolvidas na dinâmica do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade, tais atividades de capacitação acadêmica, podem constituir-se a partir de: monitoria do curso específico, participação em projetos de extensão, de pesquisa, atividades profissional vinculada ao curso, participação em palestras, seminários, mesa redonda, congressos, conferência, iniciação científica, trabalhos publicados e outras atividades de cunho acadêmico-científico-culturais que se articulem com a proposta do curso. Ainda, compreendendo a importância da articulação de saberes da experiência e saberes do campo teórico, realizaremos no decorrer das etapas do curso a socialização da produção acadêmica curricular e científica para as comunidades envolvidas no projeto.

Neste projeto, também se inclui na carga horária das atividades complementares 136(cento e trinta e seis) horas referentes às atividades curriculares optativas, que o discente deverá optar por duas atividades curriculares optativas de 68(sessenta e oito) horas cada, conforme anexo

III.

5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A prática como componente do currículo do curso totaliza 598 (quinhentos e noventa e oito) horas, sendo 544 (quinhentos e quarenta e quatro) horas, de práticas pedagógicas de I a VIII e mais 54 (cinquenta e quatro) horas de atividades curriculares do núcleo formador – teorias pedagógicas, sendo constituída por parte da carga horária de várias atividades curriculares obrigatórias e de caráter teórico-prático, com início já no primeiro período letivo do curso. Tendo como objetivo proporcionar ao discente a vivência de situações didáticas que abordem questões relativas ao compreender/fazer na utilização e aplicação de conhecimento na prática de sala de aula, por meio de ações que vislumbrem a relação teoria-prática. Trata-se de um componente que possibilita ao discente a reflexão sobre a realidade observada, vivenciada, geradora de experiência e problematizações e iniciativas de pesquisa. Nesse sentido, a prática é concebida como fonte de apreensão de conteúdos e saberes teórico-práticos necessários à formação profissional do graduado em Educação do Campo.

5.6 POLÍTICA DE PESQUISA

A pesquisa nunca pode ser uma ação mecânica, distanciada de um referencial teórico e metodológico, que contextualize a realidade em que ela se processa. A pesquisa deve se constituir em uma ação de sujeitos na busca de compreender sua história, sua realidade, dar respostas, fazer perguntas, semear dúvidas. O processo de pesquisa não é homogêneo, linear, uniforme, a-histórico; ao contrário, é histórico e por isso complexo e desafiador, exigindo uma postura séria e reflexiva do pesquisador. Desta forma,

Pesquisar é toda atividade voltada para a solução de problemas, como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, e a atividade que vai nos permitir no âmbito das ciências, elaborar um conjunto de conhecimentos, que nos auxiliem na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações (PÁDUA, 2000, p. 31).

Compreendemos que a pesquisa na formação do licenciado deverá conduzir a produção de novos conhecimentos, assim como a apropriação dos saberes construídos historicamente. Em consonância com Bachelard (1996), todo conhecimento científico constitui-se na troca que ocorre entre o sujeito e o objeto, no caso específico deste estudo, na interação entre sujeito e

objeto de estudo significou a ampliação do olhar local para um olhar mais universal a partir do distanciamento do objeto de pesquisa. Ainda de acordo com o referido autor, onde a existência do sujeito se “faz presente, as próprias interpretações interferem no ato de ver, pensar, sentir, viver, ser e estar neste mundo” (p. 14), ou seja, à medida que o pesquisador mergulha seu olhar sobre o objeto pesquisado, mais aprofunda sua compreensão do mundo que o cerca.

O saber verdadeiro surge da observação que somos capazes de realizar, da indagação e articulação do que consideramos conhecer e do que desejamos conhecer. Verdade é o ser, em sua essência e existência e, somente se faz presente pela necessidade, pelo confronto e ação do indivíduo (BACHELARD, 1996, p. 36).

Compreendendo que a pesquisa acadêmica é um saber produzido para a intervenção na realidade, no decorrer do curso buscaremos identificar das linhas de pesquisa-desenvolvimento que poderão ser privilegiadas no curso a partir dos conteúdos profissionais essenciais e específicos tais como:

- a) Juventude, Cultura e educação do Campo;
- b) Formação de Professores em Ciências e matemática
- c) Linguagem, Tecnologia e Educação Inclusiva
- d) Movimentos Sociais, escola e reforma Agrária
- e) Políticas públicas e formação da educação do campo
- f) Sociologia e História da Educação do Campo
- g) Populações Tradicionais e as Práticas Sociais e Educacionais
- h) Gênero, Diversidade e Currículo Escolar

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

As atividades de Extensão deverão se fundamentar na estreita relação com a realidade, o que significa dizer que as problemáticas que serão levantadas devem, necessariamente, estar em consonância com os problemas encontrados na região, sem perder de vistas as questões mais amplas que envolvem o fenômeno educativo.

As ações extensionistas serão elaboradas por docentes, discentes e técnico-administrativos visando à interação entre o conhecimento científico produzido na Universidade e sua interface com a comunidade.

Considerando essas premissas, para incentivar a criação de projetos de extensão envolvendo professores e estudantes da Licenciatura em Educação do Campo, propõe-se o apoio e assessoria à criação de projetos para concorrerem a bolsas de extensão e à realização de Ciclo de Palestras, Mesa Redonda, Encontro, Simpósio, Jornada, Colóquio, Fórum, Reunião, Seminário, Mostra, Exposição, Feira, Salão, Circuito, Semana, Sarau, Oficina, Minicurso, Workshop, Conferência, Laboratório, Festival, Lançamento, Cultural, Recital e Apresentação Teatral, e outros, as quais sejam previstas ações educacionais e que possam ser realizadas nas próprias comunidades camponesas da região Tocantina-PA. Como as demais atividades, a extensão para ser realizada, deverá ser planejada e aprovada pelo Comitê Pedagógico da licenciatura em educação do campo/Abaetetuba e pelo Conselho da a que da Faculdade que o curso de Licenciatura em Educação do Campo esta vinculada, em forma de projeto, e registrada no Sistema de Informações de Extensão (SISAE) pelo(s) professor(es) responsável(eis), sob orientação da coordenação das atividades de Extensão. O relatório final das atividades será encaminhado à direção da Faculdade juntamente com o Diário do Professor. Com isso, destina-se para a extensão, além de outras atividades previstas para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, mais de 10% da carga horária total do curso, equivalendo a 381(trezentos e oitenta e uma) horas, ou seja, passando do mínimo exigido, conforme Regulamento da Graduação (Art. 65, 66, 67, 68). Sendo esse percentual distribuído em todas as atividades curriculares, com exceção dos estágios obrigatórios e do TCC. Serão consideradas atividades de extensão aquelas que privilegiem especialmente a relação das produções intelectuais, com ações e projetos que colaborem para a integração entre a comunidade e a Universidade, fazendo desta primeira, um importante foco do retorno das ações da Universidade enquanto Instituição social para a sociedade. Tais atividades poderão ser desenvolvidas no conjunto das atividades curriculares denominada de disciplinas de ensino ou atividades planejadas, organizadas coordenadas por um docente responsável designado pela faculdade.

5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Educação Inclusiva se fundamenta na concepção dos direitos humanos, admitindo que igualdade e diferença são valores indissociáveis (MEC/2007). Essa perspectiva humanista apela para o respeito, o acolhimento e a convivência pacífica entre as diferenças, expressa no princípio da igualdade de oportunidade para todos. Ela passou a ser o foco das discussões

das políticas educacionais, que percebem a necessidade de criar condições para favorecer a participação das heterogeneidades em seus sistemas de ensino. Política de inclusão social é ampla e está para além do atendimento e acolhimento ao discente, pois requer, durante o curso, o desenvolvimento de atividades que transformem o discente em um agente de inclusão social e um profissional com responsabilidade social. Desde 2011, o Campus com apoio do Núcleo de Inclusão Social da UFPA (NIS) hoje atual CoAcess – Coordenadoria de Acessibilidade, executa ações visando superar barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e de comunicação ou informação que restrinjam a participação, o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) e Superdotação. As ações da CoAcess são amparadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto nº 7.611/2011 e Lei 13.146/2015. Os discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem o grupo com menor número de ingressantes na UFPA, mas têm atenção especial dada a diversidade de suas especificidades e habilidades diferenciadas na comunicação, interesses e socialização, em conformidade com a Lei Berenice Piana no 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e estabeleceu diretrizes para consecução em todos os níveis de ensino. O Curso de Educação do Campo com o apoio do CoAcess-UFPA propiciará aos alunos com TEA: atendimento individual para identificação das habilidades e dificuldades acadêmicas do aluno autista; sensibilização e orientação dos docentes, discentes e técnicos quanto às características do Transtorno para eliminar as barreiras atitudinais e combater a discriminação, restrição ou anulação do acesso ao conhecimento; atendimento e orientação aos familiares para fortalecer os vínculos entre família-Instituição-aluno que servirão de base para o desenvolvimento de sua autonomia e sua permanência na vida acadêmica; orientações aos gestores das faculdades, professores, colegas de turma e monitores quanto às estratégias metodológicas e avaliativas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do aluno; produção e divulgação de tecnologias assistivas de acordo com as necessidades formativas e pedagógicas, na área específica do educando; orientação aos docentes para um plano de formação direcionada para a área de interesse do aluno autista, no intuito de valorizar suas habilidades; oferta de cursos e oficinas de incentivo a formação e a capacitação de professores e gestores com conhecimentos especializados sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com transtorno globais do desenvolvimento.

Propiciando apoio psicopedagógico e de monitoria, com estratégias para melhor auxiliar o discente a cumprir com as demandas do desenho curricular do seu curso. E também acompanha continuamente o rendimento acadêmico do aluno para verificar os resultados,

avanços e retrocessos nas atividades acadêmicas, a fim de aprimorar estratégias para garantir o sucesso na aprendizagem. O Curso de Educação do Campo, desenvolverá atividades na área educacional como um todo, refletindo o compromisso com a responsabilidade social. Nessa perspectiva, visa à gradativa eliminação das desigualdades sociais dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável voltado para a região amazônica.

A proposta pedagógica do curso de licenciatura Plena em educação do campo já se apresenta com uma política de inclusão ao se colocar no horizonte da qualificação para as populações do campo historicamente excluídas de processos decisórios na sociedade contemporânea. Isso se amplia mais quando propomos que para além da oferta do curso possam desenvolver junto com o educandos e sociedade civil e movimentos sociais políticas de inclusão:

- Ampliar e fortalecer os canais de participação social, apostando no contínuo esforço dos excluídos para prosseguir na construção de uma sociedade que reconheça seu direito a ter direitos – os direitos humanos em toda sua plenitude – civis, políticos e sociais;
- Investir fortemente na qualificação e emancipação dos movimentos sociais, ONGs e de outros setores da sociedade civil para que desenvolvam ações propositivas e capazes de fazê-los participar eficazmente de negociações e deliberações;
- Inspirar e potencializar ações políticas institucionais em todos os setores da sociedade, para difundir práticas democráticas ampliadoras da cidadania;
- Desenvolver estratégias para voltar à formação do licenciado para a reflexão do processo de inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais que moram no campo;
- Proporcionar cursos de Braille, libras e de tecnologias assistivas voltadas para a realidade da população do campo ao longo do período de formação, para docentes e discentes habilitando-os a lidar com possíveis estudantes com necessidades especiais, juntamente com a elaboração de materiais didáticos especializados para essas pessoas.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Serão desenvolvidas reuniões administrativas e acadêmicas ao longo do curso, entretanto, destaca-se que o planejamento é realizado coletivamente no início de cada período letivo, com o objetivo de integrar as ações e o desenvolvimento das atividades, esse processo é coordenado e acompanhado pelo coordenador do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante-NDE, destaca-se que o NDE, terá atuação constante na melhoria do Curso e no atendimento às inovações acadêmicas. Seus encontros ocorrerão no mínimo, no início e no final de cada semestre, sendo analisadas as observações docentes e as técnicas mais atuais de

ensino-aprendizagem e sua aplicação no Curso, e servirão de base para as reuniões de planejamento coletivo. Todos os membros são professores ativos, com formação acadêmica e profissional na área do Curso, denotando o compromisso entre a teoria e a prática em todo o processo de implantação e atualização do Projeto Político-Pedagógico do Curso.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

A matriz avaliativa proposta nesse PPC assenta-se em premissas pedagógicas atualizadas acerca dos processos de avaliação na educação superior, considerando também os marcos regulatórios dos cursos de educação do campo, as normas nacionais que tratam especificamente da educação superior e as normas locais do ensino de graduação, ou seja, tanto o Regimento da UFPA, como o seu Regulamento de Graduação e as Diretrizes Curriculares dos seus Cursos de Graduação.

No presente projeto, defende-se a concepção de avaliação pautada numa visão de avaliação qualitativa, ampla e que busca focar nas possibilidades de prover a aprendizagem e o ensino, centra-se no processo e não no produtos, a intenção é busca a ruptura desse paradigma de avaliação tradicional, que ainda se configura como hegemônico nos cursos de graduação, buscando a ampliação de um repertório metodológico que contemple os diversos aspectos do processo de ensino-aprendizagem e alcance a formação do licenciado em Educação do Campo a partir de suas múltiplas competências e habilidades.

A proposta aqui sistematizada configura a avaliação como um dos elementos constitutivos e orientadores do processo ensino- aprendizagem, transpondo com conceitos de avaliação punitiva e regulatória. A avaliação precisa se constituir como um exercício que produza algum sentido teórico e prático, guardar relação com as finalidades sociais mais amplas da educação, com o que se deseja para o futuro de nossos egressos e sua atuação nas populações tradicionais da Amazônia.

Entende-se a avaliação como processo inerente à dinâmica de aquisição, produção e disseminação do conhecimento. Estando essa presente, ainda que de forma velada, em todos os momentos onde se realizam as atividades acadêmicas. Desse modo, acredita-se ser necessário desconstruir mitos e preconceitos que tiveram seus alicerces em formas de avaliação meramente classificatórias e punitivas.

No processo educativo, todos estão passíveis de avaliação, devendo ser essa um instrumento para aperfeiçoamento da instituição como um todo, assim como, de feedback para o docente

e possibilidade para o discente superar dificuldades. Assim, torna-se importante serem efetivados meios e formas legítimas para que todos os envolvidos no processo educativo tenham sua voz ouvida e possam retroalimentar toda a dinâmica educacional institucional.

Assim sendo, quando se trata do processo ensino/aprendizagem em si, é relevante observarmos que o documento “Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará”, destaca que:

Privilegiar o aspecto processual/formativo da avaliação requer, entretanto, que:

- 1) Assumamos que a avaliação não deve restringir-se ao aluno, mas estender-se aos professores;
- 2) Superemos a tradição disciplinar da avaliação (aquela feita por disciplinas) e adotemos avaliações no sentido longitudinal do curso;
- 3) Conseqüentemente, adotemos e exploremos múltiplas estratégias e instrumentos de avaliação.

Faz-se, então, necessário quebrar a concepção unidirecional de avaliação, onde um sujeito, num patamar superior, avalia outro sujeito, numa condição inferior, para, assim, atribuir-lhe a aprovação ou desaprovação. O processo avaliativo precisa pautar-se no princípio da igualdade dos sujeitos, ainda que assumindo papéis diferenciados, mas todos passíveis de avaliar e ser avaliados, reconhecendo-se importância da mútua cooperação para o aperfeiçoamento do processo como um todo: desde a gestão até o ensino propriamente dito.

7.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação acadêmica levará em consideração as Normas do Sistema Acadêmico vigente na UFPA, com o envolvimento de professores e alunos. De acordo com as Normas Acadêmicas, o aluno será considerado aprovado se apresentar frequência de 75% nas atividades acadêmicas e desempenho mínimo exigido na legislação em vigor da UFPA. Serão elementos básicos para a avaliação do graduando:

- a) A avaliação deve ocorrer de maneira contínua e progressiva, abrangendo todos os momentos do curso;
- b) A avaliação deve abranger os múltiplos aspectos de aprendizagem e, indo além da aferição de conhecimento, considerando atitudes, comportamentos, compromisso com o trabalho, entre outros pontos. A sistemática da avaliação seguirá os seguintes passos:

1. A avaliação será diagnóstica, formativa, permanente, contínua e cumulativa, com a

- finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, obedecendo à ordenação e a seqüência de ensino bem como a orientação do currículo;
2. Como forma de avaliação serão utilizados instrumentos: tais como seminários, pesquisas, produção escrita, provas, experimentos, entre outros que forem elegidos para compor o processo avaliativo, tais instrumentos deverão possibilitar o acompanhamento e avaliação específica das aquisições dos conhecimentos e competências;
 3. Caberá ao corpo de professores estabelecerem normas e diretrizes em relação aos instrumentos a serem utilizados no processo de avaliação;
 4. Serão considerados itens importantes para a avaliação, o interesse e a participação dos acadêmicos nos trabalhos de campo e práticas de laboratórios;
 5. Os resultados das avaliações serão expressos através de conceitos que estão organizados em uma escala de notas de 0 (zero) a 10 (dez) conforme previsto no Regimento Institucional;
 6. Para aprovação no curso, o acadêmico deverá participar obrigatoriamente das atividades e cumprir no mínimo, 75% de frequência;
 7. Os resultados a cada final de bimestre estarão à disposição dos alunos na Secretaria Acadêmica do Campus.

7.3 AVALIAÇÃO DO ENSINO

Compreendendo que avaliação não se constituir em uma via de mão única, mas se configura em um momento de produção do conhecimento, a avaliação docente se faz fundamental para que possamos repensar o processo metodológico do curso assim como os instrumentos de avaliação e acompanhamento do mesmo. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo preocupado em garantir a qualidade acadêmica na docência, na pesquisa e na extensão, em consonância com o Programa de Avaliação e Acompanhamento do Ensino de Graduação, coordenado pela PROEG/UFPA - AVALIA, visa acompanhar e avaliar de forma contínua o Curso no decorrer de seu processo de execução, para isso propõe a criação de um Comitê Pedagógico composto por discentes, Núcleo Docente Estruturante e equipe pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo; representantes de movimentos sociais e sindicais e da Secretaria de Educação e Agricultura de Abaetetuba; dos professores, estudantes das escolas do campo. Por isso ao longo das atividades faremos coletivamente avaliação docente e no final de cada etapa promoveremos um seminário de avaliação envolvendo professores, alunos e a equipe pedagógica entre outros, com a intenção de discutir os caminhos percorridos na etapa, redimensionar a proposta e avaliar os resultados

obtidos, somando-se a essa o Sistema de avaliação on line AVALIA, acompanhado pela PROEG.

7.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Núcleo Docente Estruturante-NDE, através da Portaria nº 062 de 23 de agosto de 2016 da Coordenação do Campus Universitário de Abaetetuba, em que seus membros serão responsáveis pelo acompanhamento da avaliação global do curso e se constituirá em uma atividade permanente, contínua, sistemática e dialógica. A avaliação das atividades didático-pedagógicas será realizada ao término de cada período letivo e o respectivo planejamento a cada início de período letivo, envolvendo principalmente os docentes, discentes e coordenadores envolvidos nas atividades acadêmicas previstas no projeto pedagógico de curso.

No processo de desenvolvimento das atividades curriculares propostas teremos ao fim de cada período letivo um processo de avaliação da condução metodológica do curso. Serão aplicados questionários para os professores e alunos envolvidos nas atividades curriculares de cada período letivo.

Os dados coletados junto a mesmos serão sistematizados para serem apresentados nos seminários integradores em que participaram professores, alunos e os representantes de cada município envolvidos no curso. O objetivo dessa avaliação é identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis que poderá auxiliar na consolidação dos pontos fortes e em soluções que minimizem ou eliminem os pontos fracos em curto, médio e longo prazo.

8 INFRAESTRUTURA

8.1 DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
AFONSO WELLITON DE SOUSA NASCIMENTO	Doutor	SOCIOLOGIA	Dedicação Exclusiva
CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO SARMENTO-PANTOJA	Doutor	LITERATURA E LINGUAGEM	Dedicação Exclusiva
DEUSA MARIA DE SOUSA	Doutor	HISTÓRIA	Dedicação Exclusiva
ELIANA TELES RODRIGUES	Doutor	ANTROPOLOGIA	Dedicação Exclusiva
FLAVIO VARGAS ANDRADE	Doutor	QUÍMICA	Dedicação Exclusiva
FRANCINEI BENTES TAVARES	Doutor	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Dedicação Exclusiva
JADSON FERNANDO GARCIA GONÇALVES	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
JONES DA SILVA GOMES	Doutor	ANTROPOLOGIA	Dedicação Exclusiva
JOSÉ FRANCISCO DA SILVA COSTA	Doutor	Física	Dedicação Exclusiva
LINA GLÁUCIA DANTAS ELIAS	Mestre	PEDAGOGIA	Dedicação Exclusiva
LÍVIO SÉRGIO DIAS CLAUDINO	Doutor	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Dedicação Exclusiva
MANUEL ELEUTERIO RODRIGUES	Doutor	FÍSICA	Dedicação Exclusiva
MÁRCIA MONTEIRO CARVALHO	Mestre	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES, ENSINO DE LÍNGUAS, LIBRAS	Dedicação Exclusiva
MESSIAS DE SOUSA COSTA	Doutor	FÍSICA	Dedicação Exclusiva
OSWALDO DOS SANTOS BARROS	Doutor	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	Dedicação Exclusiva
RICARDO EDUARDO DE FREITAS MAIA	Mestre	AGRONOMIA	Dedicação Exclusiva
ROBERTA ROWSY AMORIM DE CASTRO	Mestre	AGRONOMIA	Dedicação Exclusiva
ROBSON ANDRÉ BARATA DE MEDEIROS	Doutor	MATEMÁTICA	Dedicação Exclusiva
RONALDO LOPES DE SOUSA	Doutor	BIOLOGIA	Dedicação Exclusiva
SUELLEN CRISTINA QUEIROZ ARRUDA	Mestre	MATEMÁTICA	Dedicação Exclusiva
TANIA SARMENTO-PANTOJA	Doutor	LITERATURA E LINGUAGEM	Dedicação Exclusiva
YVENS ELY MARTINS CORDEIRO	Doutor	BIOLOGIA	Dedicação Exclusiva

8.2 TÉCNICOS

NOME: LUCIDÉIA DIAS CARDOSO

CARGO: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

NOME: ANA DE SARGES BARBOSA

CARGO: TÉCNICA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

8.3 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Biblioteca para uso de alunos e professores do curso de Educação do Campo e demais cursos do Campus de Abaetetuba, possui acervo de livros, periódicos nacionais e estrangeiros impressos, teses, dissertações e recursos multimídia.	Imóvel	40	Administrativa	1
Auditório destinado à realização de aulas especiais e eventos.	Imóvel	200	Aula	1
Mini-auditório destinado à realização de aulas e pequenos eventos.	Imóvel	90	Aula	1
Salas climatizadas onde são realizadas as atividades de ensino.	Imóvel	50	Aula	5
Gabinetes para uso dos docentes do curso, onde se realizam estudos e orientação de trabalhos dos alunos.	Imóvel	2	Orientação acadêmica	20
Laboratórios de Informática destinados a pesquisas acadêmicas e a aulas que demandem a utilização de microcomputadores.	Laboratório	40	Aula	2
Sala onde se realizam as atividades de cunho administrativo e pedagógico concernentes ao curso, sendo dividida em secretaria e gabinete do Coordenador.	Secretaria	5	Administrativa	1
Laboratório de Física destinado a pesquisas acadêmicas e a aulas que demandem a utilização para as Ciências Naturais	Laboratório	40	Aula	1
Laboratório de Química destinado a pesquisas acadêmicas e a aulas que demandem a utilização para as Ciências Naturais	Laboratório	40	Aula	1

8.4 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Sala onde se realizam as atividades de cunho administrativo e pedagógico concernentes ao curso, sendo dividida em secretaria e gabinete do Coordenador.	computador	Cedido	4	Utilizado para atividades administrativas.
	mesa	Cedido	4	Utilizada para as atividades administrativas.
Salas climatizadas onde são realizadas as atividades de ensino.	quadro magnético	Cedido	5	Utilizados nas aulas e momentos de estudo.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL, MEC, Plano Nacional de Educação, Janeiro de 2001.

_____, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, 2000.

_____, Secretaria de Educação a Distância, Salto para o futuro, Educação de jovens e adultos, 1999.

DEMO, Pedro. Saber pensar. 2 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

_____. Educar pela pesquisa. 8 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Professora sim, Tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Loyola, 1993.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e prática, São Paulo, Cortez, 2001.

GIUBILEI, Sonia. Trabalhando com Adultos, Formando Professores. Tese de Doutorado, Unicamp, 1993.

HADDAD, Sérgio. A Educação de Pessoas Jovens e Adultas e a Nova LDB, in Brzezinski, Iria (org). LDB Interpretada – Diversos Olhares se cruzam, SP, Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, Revista Brasileira de Educação, n. 2, set-dez, ANPED, 1999.

PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesini de. Metodologia de pesquisa: Abordagem teórico - prático. 6ª edição. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000. (Coleção magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PAIVA, Jane et al, Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, Brasília, UNESCO/MEC, 2004.

TORRES, Rosa Maria. Educação para todos: a tarefa por fazer. Trad. Daisy Moraes. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.